



CURSO:

Inclusão de pessoas com deficiência em bibliotecas: interlocuções em debate

Descrição mapa conceitual – módulo 1

A lei n. 13.146 (2015) considera a pessoa com deficiência (PcD) como aquela que possui impedimentos de natureza física, intelectual ou sensorial, que pode ser de origem congênita, hereditária, adquirida ou uma doença rara.

Ao longo da história, as pessoas com deficiência vivenciaram ciclos de invisibilidade e inclusão representados por momentos de EXCLUSÃO (direitos não existiam), SEGREGAÇÃO (separação em grupos), INTEGRAÇÃO (participam, mas em grupos de “iguais”) e a almejada INCLUSÃO (mesmos direitos e condições).

Nesse contexto, existe uma quebra de paradigma, muito significativa fundamentada em modelos teóricos da deficiência e aqui dois desses modelos são destaque: o modelo médico, que tem o foco na deficiência e o modelo social, cujo foco está atribuído nas habilidades e capacidades da pessoa com deficiência, dividindo a atenção com o cenário em que ela se encontra.

A partir desse ponto, marcos importantes ocorreram e precisam ser lembrados, pois influenciaram mudanças na sociedade e na própria legislação da pessoa com deficiência:

- Declaração dos Direitos Humanos
- Declaração dos direitos das Pessoas Deficientes
- Lei n. 7.405/1985
- ABNT NBR9050
- Lei n. 10.048/2000
- Lei n. 10.098/2000
- Declaração Internacional de Montreal (2001)
- Lei n. 13.146/2015
- Decreto n.9.034/2017
- Decreto n.9.522/2018



As mudanças na terminologia também foram (e são) muito discutidas com os marcos, inclusive a recomendação da utilização do termo PESSOA COM DEFICIÊNCIA e PESSOA SEM DEFICIÊNCIA.

Quando incluimos as nossas bibliotecas nesse cenário, é preciso pensar que ela deve ser um espaço democrático, com grande responsabilidade para uma transformação social e o bibliotecário, deve ser um agente dessa transformação, proporcionando condições para acesso à informação, acessibilidade (acesso + acessibilidade), empatia e acolhimento. Enfim um ambiente acessível e inclusivo.

Para a construção e a disponibilidade desse ambiente, o bibliotecário também deve atentar-se para as questões que envolvem o CAPACITISMO desde o oferecimento de serviços e atendimentos até a própria contribuição para a eliminação desse preconceito na sua comunidade.